ANO 6.º — Sexta-feira, 16 de Maio de 1913 — NUMERO 272

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	Esc. 1,20
Semestre	» 0,60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	» 2,50
Avulso	» 0,02

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha	4 centavos
Comunicados	2 centavos

Anúncios permanentes, contracto especial.

Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

A CAMINHO DO TRIBUNAL

Até onde chega a audácia dum criminoso escandalosamente protegido pelo govêrno

IMORALIDADE E CINISMO

Depois dum adiamento forçado e que a ninguem mais do que a nós contrariou, de novo fazemos os preparativos para, na terça-feira, subir os degraus das escadas que nos hão-de levar á sala do tribunal da comarca de Aveiro afim de que a justiça aprecie e julgue da verdade com que, fez nove mezes já, aqui temos vindo tratando e comprovando um facto gravissimo, revelador da maior baixêsa moral que um homem póde cometer, como é a de explorar o seu semelhante por meios ilicitos, ardilosos, comprometendo ao mesmo tempo a honra de pessoas acima de toda a suspeita, mas que nem por isso escápam á dúvida dos que as não conhecem e acreditam nas melifolas palavras que lhe são segredadas.

O caso Pereira da Cruz, vai, pois, ter o seu epilogo. E como ha nove mezes, ele será retumbante porque ainda nos não abandonou aquéla energia e desassombro com que revelámos ao público os factos passados com os oficiais que constituiam a junta de inspecção militar em Ilhavo e que fôram a base de todas as nossas acusações ao medico, que não só manchava a farda de tenente miliciano, negociando livramentos de recrutas a trôco de dinheiro, como ainda enodoava o seu diploma ao servir-se dêle para argumento das suas intrugices, da sua descomunal e repugnante traficancia.

Defrontar-nos-hemos no tribunal com todos os nossos julgadores com a mesma tranquilidade, com a mesma placidez com que beijâmos os nossos filhos quando, cingindo-os ao coração, mentalmente invocâmos para êles—vida, honra e venturas.

Pois de que nos acusa a consciencia?

Que rebate de qualquer acção de indigno procedimento néla se reproduz?

Léva-nos ali o pêso de alguma culpa, a maldição de qualquer que, **inocentemente caluniado,** vérgue á grandêsa aviltante duma falsa acusação?

Sômos por ventura arrastados, palidos, trémulos, ofegantes, deprimidos pela iniquidade esmagadôra de algum crime para dar conta do nosso acto infamante á justiça da nossa terra?

Temos as mãos tintas de sangue de alguma vitima? Fômos surprêsos e agarrados a meter os dêdos no bôlso de algum endinheirado? Pésa-nos na face o estigma de caluniadores assombrado pelo duro remorso déssa vil acção? Encontráram, prendendo-nos, a escoarmo-nos na sombra ao escalar uma casa, após o assalto, com o produto déssa proeza?

Não, não! Digâmol-o bem alto—bem alto para que todos ouçam, bem alto para que possa soar por toda a parte e ser ouvido por toda a gente.

Nem a mais léve culpa, a mais insignificante parcéla de arguição pela prática de qualquer crime ou acto indigno, por pequeno que fôsse!

Vamos ao tribunal porque á justiça se foi queixar um criminoso, reconhecido como tal, ainda que o favoritismo pretenda provar o contrário, e que pretende fazer-nos punir por calunias e injurias quando o que nós fizémos foi pôr ponto final a tantas imoralidades que aí se vinham praticando, combatendo-as, e com élas Pereira da Cruz, um dos seus principais autores! Por isso ele vem pedir a devida reparação á sociedade que sobejamente conhece que envergonha com o seu contacto; por isso ele vem pedir á justiça que lhe passe o atestado de inocencia e de inculpabilidade, que quer possuir, não para fazer convencer alguem da sua inocencia, mas para o habilitar a supôr que todos o acreditam como bom, digno e honésto!

Que incomensuravel cinismo! Que audaz velhacaría!

Que cinismo, que velhaca audácia quando ninguem ignora que, julgado em consciencia por todos os homens de bem désta terra já ha muito está a figura hedionda de Pereira da Cruz, que, sempre bafejado por felicidades do acaso, e não pelos seus merecimentos, podería manter-se dentro da linha e conduta seguida por toda a gente que se présa! As felicidades do acaso, repetimos, porque teem sido élas que lhe proporcionam os favores até ao despacho na sindicancia de agora, que a manda arquivar—*por falta de provas!* Falta de provas quando élas resaltam mais claras e eloquentes do que aquélas de que o meritissimo juiz de Oliveira de Azemeis se serviu para condenar o *Melro*, o *Sarrilhas* e o *Cancélas*, irmãos gemeos, na *arte*, de Pereira da Cruz, e fazer triunfar a moralidade contra a qual esses individuos haviam atentado tambem! E tais condenações fôram éssas, que não tivéram para nós o simples resultado de que traduziam um acto de equidade e de justiça, só: convenceram-nos egualmente da necessidade imperiosa de manter com mais vigôr e precisão as acusações com que alvejávamos o medico prevaricador a quem ama padrinhagem indecorosa por toda a parte tem protegido, impedindo-o assim de que, mais criminoso e mais responsavel do que os outros, Pereira da Cruz continue passeando por éssas ruas com a falsa seriedades e compostura com que se exibem publicamente as desgraçadas que vivem sob a vigilancia constante e activa da policia!...

Em face désta situação, que reputâmos ainda crime maior dentro do atual regimen por que tudo sacrificámos, agravada com a pública farça que desqualificados trampolineiros veem patenteando desde que se implantou a Republica, fazendo-se republicanos; absolutamente convencidos de que criminosos de egual valor seriamos se não continuassemos mantendo, com a energia devida, a guerra sem tréguas aos miseraveis que, arrastados na sua eterna desvergonha, pretendiam continuar a mesma vida de traficancias que os assinalou dentro do regimen deposto, é por isso que não poupámos Pereira da Cruz e que intemerátamente, decidida e ininterrutamente aqui estâmos pedindo aos homens que vélam pelo regimen, pela dignidade profissional, pela moral pública, que castiguem os verdadeiros criminosos inconfundivel e inexoravelmente por nós apontados!

Que a lei seja egual para todos não havendo excéções na sua aplicação. O *Melro*, o *Sarrilhas* e o *Cancélas* fôram candenados em Oliveira de Azemeis e mais tarde no tribunal da Relação do Porto, para onde haviam apelado da sentença, por crimes perfeitamente eguais aos que de ha 20 anos a ésta parte vem cometendo impunemente Pereira da Cruz. Isto quer dizer que a lei está comnosco e contra os burlistas, ainda mesmo os de *categoría social* reconhecida pelo deputado *democratico* Barbosa de Magalhães e protegidos por cumplices que chamam bom ao que é mau, justo ao que é injusto, honésto ao que é deshonésto, digno ao que é indigno. Para quantos conhecem, porém, as tradições dos defensores de Pereira da Cruz nenhuma das tentativas para o salvar colhe o menor resultado. Nem quanta agua se contém no Oceano será capaz de lavar hoje, em qualquer parte para onde apéle, a mancha que enodôa o principal agente de isenções do serviço militar, em Aveiro, ao *costumado* preço de 50$000 reis!

Sería uma verdadeira anomalía acreditar o contrario.

Por isso com todos os nossos julgadores nos defrontarêmos com a mesma tranquilidade, com a mesma placidez com que beijâmos os nossos filhos quando, cingindo-os ao coração, mentalmente invocâmos para êles—vida, honra e venturas.

Meus senhores: está presente o Réu!

Mas—não confundir—o Réu—ó suprêma ironia!—sômos nós; *heroe*—o autor das burlas, que são, na hora presente, do dominio do país inteiro!

"Diário da Tarde,,

Fomos visitados por este novo colége lisbonense da direcção de Pedro Fazenda. Apresenta-se distintamente redigido, com variadas secções, aspecto moderno e invulgar nobrêsa, pelo que o felicitâmos desejando ao novel camarada independente todas as prosperidades que lhe assegurem uma existencia prolongada e feliz.

O tempo

Sempre ouvimos dizer que o mez de maio é o mez das rosas. Este ano, porém, tal não acontece pelo menos emquanto durarem os dias invernosos que estâmos atravessando e que para éssas mimosas e aromáticas flôres são o peor flagêlo, pela falta de calor necessário ao seu desenvolvimento.

E' que desde que existem os Saragoçanos isto levou uma grande volta...

O "Adamastor,,

A noticia do seu encalhe no mar da China magoou dolorosa e profundamente o sentimento nacional, já ferido por uma série de sucessivos desastres de que tem sido vitima a nossa marinha de guerra.

Encarando os acontecimentos sob o seu verdadeiro aspecto não os classificaremos senão como naturais resultados das variadas e imprevistas contingencias da navegação, muitas vezes esmagadoramente superiores a quanta previdencia, esforço e luta sejam empregados tendentes a evitar desastres que se não limitam a perdas materiais, antes arrebatam juntamente centenas de vidas humanas.

Aos desastres da nossa minguada marinha que, á fatalidade das cousas em exclusivo se devem, não póde comparar-se as assombrosas hecatombes que tem enlutado as esquadras francêsa, alemão, inglêsa e até hespanhola, como sucedeu com o couraçado *Reina Regente*, que desapareceu no Mediterraneo com os seus 600 homens de tripulação—o *Liberté*, despedaçado por uma explosão com o sacrificio de 300 almas, o *Titanic* e tantos outros que jazem no fundo do mar para nunca mais serem vistos.

Todavia a reduzida composição da nossa pequena armada, que tem sofrido amiudados revezes, acaba de ser atingida por um outro desastre, tanto mais doloroso quanto é cérto que o barco agora atingido tem para o país uma alta significação: representa um esforço e um vivo testemunho do amôr patrio ofendido num determinado momento historico.

Pelas noticias recebidas não houve vitimas e o *Adamastor* deve á hora que escrevemos, estar salvo.

As causas originarias do desastre, serão, a seu tempo, devidamente conhecidas.

Plebiscito

Sob esta mesma epigrafe, que, por sinal, a revisão deixou saír errada, ocupámo-nos, no ultimo numero, dum artigo da *Soberania do Povo*, que o colége aguedense diz pertencer ao sr. Caetano Ferreira, onde se advogava a ideia de consultar o país sobre a fórma de regimen preferido em Portugal, fazendo ácêrca dêsse escrito as considerações que no momento nos sugeriram.

Pois foi uma grande coisa porque, além de provocarmos a resposta do antigo orgão dos srs. Mélos em termos, que por ainda não terem aparecido tão claros, nos traziam intrigados, vai obrigar o director da *Soberania* a dizer das suas *convicções democraticas* o que de cérto modo nos apraz registar aguardando com anciedade as suas declarações, que a *Soberania* promete nêstes termos categoricos, precisos e insufismaveis:

....

«A *Soberania* acha o plebiscito tudo o que haja de mais inviavel e, quando chegar a oportunidade, dirá as razões por que, ainda que viavel fosse éssa fórma de consultar o país sobre as preferencias quanto a regimens politicos, ele era inutil, prejudicial aos interesses e tranquilidade nacionais, desde que o exercito estivesse, como ao presente, sob as ordens de um govêrno republicano.

Mas se tal consulta aliaz desnecessária neste paiz tão provadamente monarquico, fosse feita, e se houvesse nesse momento um parentezis de liberdade séria e honradamente garantida, a *Soberania* sería o mais humilde, mas tambem o mais entuziasta e mais leal colaborador dos que combatessem pelo triunfo da causa da monarquia.

Já vê o *Democrata* que a *Soberania* diz qual sería o seu voto.

A *Soberania*, respeitando a sincéra, ingénua, céga crença dos que ainda esperam da republica a felicidade do país, afirma muito lealmente e muito claramente a sua convicção de que o atual regimen continúa sendo para Portugal—a desgraça.

Quanto ás *convicções democraticas* do director da *Soberania* ele dirá o que entender, e sem duvida alguma coisa tem a dizer, quando se resolva a redigir este jornal que está consubstanciado com a sua orientação politica, mas que, por emquanto, e a nosso pezar, ainda não possue a sua colaboração.»

Resta-nos, pois, esperar. Esperaremos, confiados em que a *Soberania* não falte á sua promessa.

PEDINDO JUSTIÇA

O DEMOCRATA aos homens que o tem de julgar

Perante vós, vai de novo para ser julgado em procésso de imprensa, o director de *O Democrata*.

Vamos, como da ultima vez que no tribunal comparecemos, de cabeça bem erguida e de consciencia bem tranquila. Nada nos preturba porque julgâmos ter cumprido o nosso dever; nada nos intimida porque não receiâmos o o odio e a baba dos corrutos. Limpos para lá entrâmos e sem macula de lá havemos de saír.

O caso que ides julgar é bem simples e resume-se nisto:—Um homem vicioso e de posição social elevada, Manuel Pereira da Cruz, exercia uma *escroquerie* indigna contratando a isenção de mancebos da vida militar, a tanto por cabeça, consporcando, ainda por cima, a dignidade das juntas medicas que tinham de proceder ás inspecções tanto na cidade como nos concelhos circunvisinhos, para o que apresentava a voracidade e exigencia excessiva da respectiva junta como razão justificativa para extorquir altas quantias aos infelizes que lhe caíam nas mãos.

Este tráfico repugnante exercia-o há mais de 20 anos este homem sem dignidade, nem vergonha, nem pundonor.

Na vigencia da Republica éssa creatura continuou o *negocio* fazendo contratos escandalosos que se tornaram públicos, que indignaram toda a gente limpa e, especialmente, os mancebos da junta medica que primeiro tivéram disso conhecimento, em Ilhavo, e cujo protésto retumbante nós secundámos e temos mantido ininterruptamente de ha longos nove mezes a ésta parte.

Publicámos documentos comprovativos dum crime já praticado sob a bandeira republicana; e publicámol-os, tambem, do tempo da monarquia para mostrarmos que o *escroc* Pereira da Cruz era *useiro e veseiro* nesse baixo mistér. Mostrámos, deste modo, a reincidencia para que a exautoração fosse mais completa, deixando antever a esteira longa de crimes embora não se possam todos catalogar desde ha vinte anos em que até *tolos* se isentavam ao preço de *4 ou 5 libras* quando **o costume** eram 50$000 reis!

Bôa industria era éssa com *agentes* e *comissionados* em larga escala...

A êsse homem qualificámol-o de *burlista*, *escroc* e repugnantissimo trapaceiro, pois abusáva da simplicidade dos contratantes para lhes arrancar dinheiro por serviços que não fazia, empenhos que nenhum principio de moral autorisava. E está provado que o é; éssa classificação mantemos hoje e sempre.

Assim, o que se deverá impôr a toda a consciencia recta? Está

naturalmente indicado: absolvernos.

Não é um favor que pedimos porque a isso nunca desceriamos, mas o estrito cumprimento dum dever. Fazer justiça nunca desonrou ninguem. Justiça faz-se, deve fazer-se com imparcialidade tanto ao amigo como ao inimigo.

Nós sabemos, senhores jurados, o que se tem tecido á róda de quasi todos vós. Nós sabemos a trama, a urdidura acanalhada e cinica que tem tentado fazer Pereira da Cruz, *Bicheza & C.ª*. Sabemos a insistencia, a repugnante baixêsa com que se tem acercado de muitos, pedindo cégamente a nossa condenação, éssa firma despresivel e suja. Mas é preciso que saibais e que fique bem assente para mais tarde, se tivérmos de descriminar responsabilidades, analisar e criticar rigorosamente os factos, que nós, no nosso procedimento, apenas visámos defender a honra e prestigio da Republica por cujo lustre e bom nome pugnâmos, apenas desejâmos limpar esta terra, a nossa terra querida e por tantos titulos digna de melhor conceito, dos que a desacreditam com as suas más acções, os seus erros, os seus crimes.

Condenádos nós, o caminho da desonra está naturalmente indicado a todo o cidadão com pretenções neste país, porque é a impunidade de todos os Pereiras da Crus, de todos os sujos, de todos os imundos. Não acreditâmos, portanto, que á lama se lhe dê fóros, em julgádo, de coisa limpa. Não. Apesar désta sociedade ter profundas *gafes* de caracter, indeleveis estigmas de vicios e de degeneração, não o acreditâmos. Mesmo porque não faz sentido que em Oliveira de Azemeis fossem condenados tres homens acusados de crimes identicos aos que atribuimos a ao medico miliciano Pereira da Cruz e este fique impunemente a tripudiar sobre as suas baixêsas, as suas comprovadas faltas de honradez, olhando com sombranceria para os que o apontam como uma das mais complétas degenerescencias da sociedade aveirense,

Todo o país segue atentamente ésta questão magna de moralidade; todo o país está, por isso, com os olhos fitos no juri que no dia 20 tem de dar o seu *veredictum* pronunciando-se ou a nosso favor, exalçando a Verdade, ou a favor de Pereira da Cruz cuja vida de misérias e ignobil procedimento publicamente manifestado é o cumulo do maior cumulo de todos os cumulos.

Por nós foi encetada a obra de saneamento que toda a gente apregôa como necessário e util á nação. Começámos *por cima* sem que nos importassemos da categoría e *posição social* de quem a não olhava para se locupletar com importantes quantias, que não eram o produto dum trabalho honésto, mas antes a paga dum *conto* onde a mentira entrava como unico factor. Fizemos bem? Fizemos mal? A nossa consciencia diz-nos que procedemos tão sómente em harmonia com os principios defendidos neste semanário desde o seu inicio. Não temos, pois, que nos arrepender. Não temos que nos envergonhar. Não temos mesmo que emitir receios.

Pronuncie-se a Justiça sobre a nossa conduta e a de Pereira da Cruz. Cá estâmos serenos, tranquilos, calmos, apenas com a vista inclinada para os homens que nos vão julgar e a quem nada mais seremos capazes de pedir nésta conjuntura, no momento em que nos preparâmos para responder, senão isto—justiça, unicamente justiça!

Pirotecnía

Temos visto nos jornais as mais lisongeiras referencias ao habil pirotecnico de Veiros, nosso amigo João Maria da Silva Henriques, que nas festas civicas de Vila Franca de Xira, recentemente realizadas, apresentou um variadissimo fogo, imitação do de Viana do Castélo, que pelo seu maravilhoso efeito fez a admiração de toda a gente.

O mesmo artista forneceu tambem para uma festa ali, do Vale de Ilhavo, algumas das melhores peças de fogo da sua fabricação, que do mesmo modo se queimáram com geral agrado.

Ao sr. João Maria da Silva Henriques os nossos parabens pelos triunfos que dia a dia vem obtendo.

Levantando o véu

—=(*)=—

Quando no nosso ultimo numero afirmávamos que havia uma só razão a justificar o malogrado movimento da madrugada de 27 do mez findo—e éssa sería um novo procésso de conspiração monarquica—não nos enganámos, ainda que a muitos parecesse demasiadamente larga tal afirmativa

Essa convicção provinha de muitas razões, algumas das quais registámos quando referimos o repugnante acontecimento, mas especialmente porque presentiamos que os elementos monarquicos não podiam ser estranhos áquele facto que afinal nada explicava nem justificava, a não ser o emprego do ultimo *truc* da talassaria — fazer-se republicana esforçando-se por assassinar a Republica aos gritos cinicos e traidores de—*Viva a Republica!*

Misturaram-se na trama, chafurdando néssa infamia, homens considerados republicanos?

Cértamente; mas nesse caso ou fôram iludidos na sua bôa fé ou mercadejaram ignobil e vilmente os seus principios.

Como quer que fôsse os factos estão falando por si bem mais alto que quaisquer considerações que a tal respeito se possam fazer.

Corroborando as nossas suspeitas encontrâmos em toda a imprensa diária o seguinte telegrama, que reproduzimos na integra:

D. Manuel, conspirador

O que diz uma folha de Berlim — Intervenção do ex-rei nos acontecimentos de 27 de abril

Paris, 10—*O Meio Dia,* de Berlin, diz que o govêrno português encontrou em poder dos oficiais presos por causa do recente movimento contra a Republica papeis datadas de Sigmaringen, dos quais se prova que o ex-rei D. Manuel tinha conhecimento do *complot* e comunicou o caso ao ministro da Alemanha, em Lisboa.

Em virtude deste incidente, o gabinete alemão decidiu que D. Manuel de Bragança não assista ás festas do casamento da princesa Vitoria Luiza, filha do imperador.

O *Temps* e outros jornais parisienses ocupam-se tambem deste assunto.

Que o dinheiro dos Braganças—quem sabe talvez se algum ainda dos gordos adeantamentos de outr'ora—animou a torpêsa a que aludimos, não résta duvida alguma.

Mas não ha por aí quem tome o piedoso encargo de acordar na memoria do afeminado Manuelsinho que ele não terá quem o sustente e quem lhe proteja a vida, se ámanhã, por uma déssas mutações de mágica tivésse a possibilidade de vir ocupar o trôno restaurado?

Quantos Buiças não surgiriam, autenticos e consagrados para varrer do territorio da patria o intruso, o misero agente da seita negra!...

Mas tambem, quantos *republicanos* de hoje—*com toda a lealdade das suas convicções*, de novo bradariam vivas á monarquia e ao excelso rei D. Manuel escrevendo em frase sentenciosa e profética—*estava previsto! O país não podia por principio algum suportar os desmandos e as violencias déssa demagogía alucinada e má, que a figura sinistra de Afonso Costa e outros sintetisava. Tambem fômos enganados nas nossas aspirações de sincéros patriotas. Iludiunos a esperança de que a dentro desse regimen, que felizmente desapareceu, como nuvem pesada e negra, ameaçadora de violenta tempestade, podesse resurgir alguma cousa de salutar e bom para ésta patria. De tal nos penitenciâmos contritos e arrependidos.*

Evidente, porém, se tornava dia a dia a impossibilidade de sustentar-se um tal estado de cousas. O radicalismo do falado partido democratico, ao qual em tão má hora pensámos em nos agrupar, ferindo com louca violencia os sentimentos religiosos dum povo, que é, como nós, graças a Deus, sincéramente catolico e firmemente crente, com as disposições déssa infamissima lei, que uma lufada de desatino gerou e uma carbonária nefasta manteve, foi a ultima enchadada nesse perigoso regimen do qual felizmente a nação se livrou num dos seus mais bélos repelões de enfado e de reprovação.

Deve chegar por estes dias o novo governador civil deste districto o sr. dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães.

Escusado será dizer que o "Campeão,, mantendo as suas inalteraveis tradições de patriotismo está ao lado da Monarquia, que é a causa da Patria, bradando com toda a lealdade das suas convicções:

Viva S. M. el-rei o sr. D. Manuel!

Viva a Monarquia!

Dr. Marques Guedes

—=—

Não é já novidade para Aveiro a vinda deste ilustre causidico ao tribunal, no dia 20, afim de defender *O Democrata* no processo que lhe move o tenente medico miliciano Pereira da Cruz, que, por méro favor da 5.ª Divisão Militar, se encontra na especialissima situação, que os nossos leitores conhecem, apesar da sua larga folha de serviços como agente de isenções de mancebos das fileiras do exercito ao *costumado* preço de 50$000 reis cada uma.

O dr. Marques Guedes pertence a uma geração academica que se impoz á consideração de todo o país e é hoje, no Porto, um dos advogados mais em destaque pelos seus vastissimos conhecimentos e outros predicados morais e intelectuais que dele fazem aproximar toda a gente de bem.

O *Democrata*, orgulhandose de vêr a seu lado neste momento critico da sua existencia um tão distinto como talentoso correligionario, desde já lhe agradece todo o auxilio que lhe vem de dispensar marcando néstas paginas a sua indelével gratidão.

Necrología

Pela morte de sua veneranda mãe, está de luto o sr. Guilherme Saraiva Lima, digno vereador da câmara de Lisboa a quem, assim como á de mais familia, enviâmos os nossos pêsames.

= Eguais sentimentos testemunhâmos ao sr. José Gonçalves Gamélas, sua esposa e outras pessoas enlutadas com o falecimento da sr.ª Carlota Vieira, que teve logar no passado domingo nésta cidade onde éra geralmente bemquista.

= Aos estragos da tuberculose sucumbiu um filho do sr. Firmino Fernandes, rapaz novo ainda para quem resultáram inuteis todos os esforços de salvação.

= No Rio de Janeiro, para onde havia partido ha mezes em companhia de seu marido sr. Manuel Bernardes Cruz, faleceu ultimamente a sr.ª D. Francelina de Pinho Cruz, filha do capitalista, nosso conterraneo, sr. Abel de Pinho e nora do proprietario da *Minerva Central*, sr. José Bernardes da Cruz.

Era uma senhora ainda nova, cuja morte, muito sentida por todas as pessoas de familia, nos leva a compartilhar do luto em que se acham envolvidas.

NA RIA

—=—

Teve logar ha dias outro incidente na ria.

Vimol-o relatado na imprensa e ouvimol-o confirmado pela autoridade respectiva. Foi o caso que uma das lanchas que compõem a flotilha de fiscalisação fluvial surpreendeu seis barcos na apanha de moliço, o que nésta época é justa e absolutamente proibida. Descobertos, os tripulantes encalharam os barcos, enlameando-lhe os numeros do registo para impossibilitar que de bordo os recolhessem e deitáram a fugir sem que todavia não dirigissem os maiores insultos á tripulação da lancha composta por marinheiros da armada nacional.

Recebido aviso na capitania de quanto se passáva, para o local da ocorrencia marcharam as outras lanchas, tomando o comando da força que élas conduziam o 1.º sargento que, desembarcando onde os barcos estavam encalhados, tomou os numeros dêles.

Para realizar, porém, este serviço teve de empregar a força afim de conseguir afastar o povoléu que se juntou e que tentava impedir o cumprimento da missão de que os marinheiros iam encarregados.

No dia seguinte o sr. governador civil e capitão do porto dirigiram-se ao logar do Carregal, onde tinha ocorrido o incidente, sem que nada de anormal se manifestasse.

Não oferece duvida, por isso que os factos estão á vista, que tem grande responsabilidade nésta persistente e desrespeitosa resistencia á autoridade, alguem que tem entre nós arraiais assentes e que por errado espirito de patriotismo indigena está acalentando reacções que receâmos compreender até onde possam ir e o que possam resultar.

Sabemos que as autoridades competentes estão inteiradas devidamente do que se passa e para que não nos acusem de delatores e vingativos, nada mais dizemos par agora sobre o assunto.

No entanto se infelizmente chegar o momento de haver de exigir responsabilidades—pediremos que se proceda sem vacilações nem demoras.

Nada, que não é só dizer asneiras em letra redonda incitando com élas os ignorantes, que arriscam a péle, e ficar-se depois a rir e a... pedir providencias para os famintos da Murtoza...

PRELIMINARES...

—=(*)=—

Foi uma alegria naquéla sala!...

O sr. dr. Marques Loureiro, que apareceu acolitado, na conformidade do ritual do dia, mantinha, na face, verdadeiramente angelical, póde-se assim dizer apezar da idade, um sorriso seguramente indicador duma béla disposição de quem se sente capaz de defrontar-se com todas as dificuldades e amarguras da existencia!...

Anteriormente já o tinhâmos visto, como bom

madrugador jovial,
logo de manhã cêdo,
por entre o arvorêdo,
soltar gargalhadas
sobre o codigo... penal!...

No fim de contas, ilusões dos anos, inexperiencias da vida!...

Quando requeremos para que fosse adiado o julgamento, se não se apagou de todo a jovialidade do ilustre patrôno do *queixoso*, assombreou-se lhe a fisionomia, e nomeadamente a dos acolitos, que desceu uma oitava, exteriorisando bem, contra vontade do ilustrissimo bacharel, a sua intima contrariedade e... desapontamento.

Então, com outro sorriso a brincar-lhe nos labios verdadeiramente angelicais, repetimos, entre o despeito e a amargura, o ilustrissimo advogado beirão deu largas aos seus profundissimos e vastos conhecimentos sobre a especie e fez uma série de requerimentos, de perguntas, de citações, de referencias, de confrontos e de fogo de vista linguiça que abananou, permita-se-nos o plebeismo, os circunstantes, inclusivé os acolitos, duma fórma digna de registo!...

Não houve ensejo, e foi pena, para o denodado causidico pedir cinco minutos para um intervalosinho, como costuma e é já do conhecimento do respeitavel público, quando executa os seus *coups de scéne!...*

Tambem não nos disse se era por ter andado na escola com o seu cliente, que ali estava ou ainda pela mesma razão que já naquele logar tinha comparecido, instado por carta aromatisada e terna do seu ilustre colléga na arte e na politica—o amigo—como irmão—Barbosa de Magalhães, que apesar de tudo continúa a não querer aparecer nem á quinta facada...

Olhem que já é...

Parasitas

—=(*)=—

E' evidente que cada um de nós tem seu logar marcado no mundo dos sêres, seu ambito em que respira, sua esféra propria a dentro da qual aciona e se desenvolve. Não é menos evidente, porém, que em cada um de nós floresce a tendencia para transpôr a linha divisoria do seu meio, para esvoaçar acima da sua esféra, e grangear alto, sempre o mais alto possivel, um logar de representação e conforto na hierarquia social.

Este facto, sendo, como é, universal, acentua-se entre nós, deixando de ser tendencia, símples desejo ou ambição mui louvavel, para se tornar obsessão, febre, demencia que chega a fazer esquecer o proprio decôro.

O português é essencialmente basofia, e como tal gosta de aparentar falsos brilhos, pavonear o que não é, alcandorar-se onde não chega. Assim se explicam, nas madamas, as cloroses, as anemias, o chumbo das olheiras, o tossicar miudo e crebro, sendo força que os estomagos sofram o perdularismo nas modistas e casas de modas, e que a parcimonia da cozinha supra os requintes da *toilette*.

Assim se explica que, para sustentar a pompa que se faz mister ao janota de bom tom, os filhos de algo e os filhos-familias se façam *escrocs*, batoteiros, chantagistas, directores de casas de jogo e donos de casas de passe.

Assim se explica, por este defeitosinho, que é a basofia, os adulterios nas familias, os lares abandonados, enquanto os filhos se lançam á gandaia a viver a vida do acaso, que o mesmo é dizer a vida do crime, em todas as suas modalidades.

Assim se explica que paes pobres mourejem de sol a sol, batalhem com a fome e o frio, num amealhar de economias, que é uma dôr de alma pelo martirio que representam, para terem a perdoavel vaidade de vêr o filho nos estudos, o qual em vez de agricultor, tecelão, operario de qualquer ordem, será amanuense, medico, advogado, qualquer coisa que dê lustre á familia e satisfaça a ambição doentia da parentela.

Agora, se a este carateristico da vaidade portuguêsa juntarmos est'outra doença nacional, que é a madraçaría, já bem se compreende por que motivo o fenomeno da capilaridade social ou a tendencia de cada um para se elevar acima da sua condição, não realisa entre nós o papel de grande impulsor do progresso, como sucéde noutros países, antes dá em Portugal o resultado macabro e triste de sermos um povo sem moral e sem dinheiro, que economicamente vivemos de calotes e historicamente subsiste de pé pelo favor dos outros povos.

Entre nós, o ideal é viver sem trabalhar, sem canceiras, nada de tostadélas de sol nem de excrescencias calosas, amesendando-se quem poder nos regalos da vida com cérto desafogo.

Por isso, sobre a nossa terra não se agita ainda, como lá fóra, a vida intensa de trabalho que vem da energia inteligente de grandes industriais servidos por engenhosos mecanicos, nem sobre os nossos ares estrondêa a sinfonia concertante, que sóbe da terra, e é feita do respirar das grandes maquinas, do rodar das potentes locomotivas, do trafego dos portos onde os transatlanticos se cruzam; mas, como irrisoria compensação, Portugal apresenta uma burocracía incontavel, e sobre o seu dorso anda parasitando o formigueiro dos bachareis e vae zumbindo surdamente o enxame dos zangãos politicos.

Pertence ao nosso colléga *Diario da Tarde* este artigo tão cheio de verdade como criteriosamente deliniado. Por isso o transcrevemos na convicção de levarmos aos nossos leitores o que é justo que saibam embora haja quem sustente o principio de que nem todas as verdades se devem dizer.

SNOBISMO

—=*=—

Que os ignorantes e aqueles que propositadamente se esforçam por prejudicar e dificultar a situação do govêrno e a estabilidade das instituições pratiquem actos correspondentes aos seus conhecimentos e aos seus propositos, não será muito para estranhar; todavia para os que da Republica não só recebem beneficios, que entram ousadamente no campo do favor, como déla se dizem ainda acrisolados e sincéros defensores, ha casos que são estranhaveis e que por principio nenhum tolerâmos sem que deles fique o indispensavel registo, para as devidas considerações e conhecimento—presente e futuro.

Estas palavros são consequencia dum facto ha dias passado relativamente a uma cerimonia religiosa que teve logar noutra egreja e não naquéla onde por todas as razões se deveria efectuar não só por ser da respectiva freguezia onde habitam os protogonistas da condenavel e injustificada resolução, como ainda por lhe ficar a vinte metros de casa!

Mas se o padre é *pensionista* e daí a excomunhão da egreja?!!!

Isso é que é uma dos diabos...

Não se lembrará o govêrno de proclamar legalmente irritos e nulos todos os actos religiosos praticados nos templos que não pertençam ás residencias dos paroquianos?

Acabava-se de vez com éssas provas de profunda ignorancia e repugnante *snobismo* que, por mal dos nossos pecados, não só produzem os que andam em mangas de camisa, como os que usam capa de borracha, botas de verniz e pertencem ao minguado numero dos felizões de *cotação social*...

Politica de Oliveira de Azemeis

—=—

No ultimo domingo foi eleita, neste concelho, a comissão municipal do Partido Republicano Portuguès. Alguns dos eleitos não eram eleitores e outros pertencem á comissão municipal administrativa, que sofreu ha pouco uma sindicancia, cujo resultado não é ainda conhecido.

A intranquilidade desnorteou uns, desmascarou outros e confirmou ainda a preversidade adquirida de alguns.

A sindicancia já vae dando os seus resultados extra-oficiais.

Espero, confiado na moralidade e na justiça, a verdade dos factos ocorridos na comissão municipal administrativa.

O medico, **Lopes de Oliveira**

SURPRESAS

Tem-se por ai andado a cochichar, com cara de caso, bordando-se aterradoramente considerações sobre uma carta que o sr. dr. Nogueira e Mélo escreveu ácêrca daquéla que de s. ex.ª aqui publicâmos referindo uma das traficancias de Pereira da Cruz.

O filho e cunhado dêste cavalheiro fôram a casa do signatario dêsse documento implorar-lhe com as lagrimas nos olhos, apelando para todos os sentimentos de humanidade, que atenuasse por qualquer fórma os efeitos esmagadores do subsidio que s. ex.ª fornecera para o apuramento da verdade nos actos criminosos imputados pela opinião pública, de que nos fizémos éco, ao o medico miliciano, pae e cunhado dos *impetrantes*.

O sr. dr. Nogueira e Mélo não desmentindo as referencias feitas na sua carta que aqui inserimos, por escrito declarou, comtudo, ainda como pura expressão da verdade, que não tinha assistido ao caso na referida carta apontado, não tendo visto portanto dar o seu compadre as mencionadas libras ao medico Pereira da Cruz, etc., etc.

E' pois com éssa carta que se tem pretendido, á boca pequena, com ares e olhares misteriosos, fazer acreditar que não só está por terra quanto referiu o dr. Nogueira e Mélo, como destruida toda a prova que temos produzido nésta vergonhosa e desgraçada questão.

Não é assim. Vêl-o-ha o tribunal, vêl-o-hão aquêles que a sorte designar para darem o seu *veredictum*, conscienciosa e recto.

Vêl-o-hão, como o tem visto a opinião pública, o supremo juiz que já condenou no maximo da pena êsse que moralmente está pregádo para todo o sempre, na existencia, ao madeiro dos seus vergonhosos actos, por êle, espontanea e calculadamente praticados na ávara sofreguidão de obter o que não conseguiria licitamente com o produto do seu trabalho honésto.

Não escapa ao mais alheio e indiferente observador a desmedida ancia, a luta desesperada, assim como os maquiavélicos expedientes pensados de noute e executados de dia por Pereira da Cruz, para iludir, para disfarçar o poder absolutamente esmagador de todas as provas que, justificando as nossas afirmativas, temos dado á luz da publicidade.

Perguntâmos a todos os homens sem distinção: éssa luta, éssa ancia, é para fazer triunfar a verdade, a inocencia, a honradez de Pereira da Cruz?

Não. E' precisamente o contrario. Convencendo, na aparencia, que o fim seja êsse, pretendem apenas Pereira da Cruz e os seus amigos fazer triunfar a mentira, a culpa, o crime, dando-os como não existindo, se obtivessem empanar a verdade em toda a sua pareza, de tudo quanto temos referido, de quanto temos dito a favor da moralidade dêste regimen, que não póde manchar-se com a nossa covarde tolerancia na podridão que corroeu a monarquia.

E no entanto, guerreados e perseguidos como bichos daninhos pelos homens das passadas instituições porque lhe apontávamos os seus crimes e indicávamos os criminosos—são êles, são os mesmos que, dentro da Republica, da mesma fórma nos perseguem, pelos mesmos processos, pelo mesmo sistema.

São êles, são os mesmos crapulosos e devassos, que, mudando de rotulo, sendo monarquicos ontem para serem republicanos hoje, trouxeram com as suas pessoas os seus habitos, os seus vicios e os seus crimes. Combatendo-nos quando na realeza, para que lhe não estorvassemos a realisação de todas as indignidades rendosas e lucrativas, de egual maneira nos tentam aniquilar para que, dentro da Republica, se lhes não evite a continuação do seu sudario negro de acções, ainda que nêle se queime, se falseie e se deturpe o regimen, que só abraçaram por calculo, por conveniencia, por interesse!

Para este ponto chamâmos, num grito de revolta, de suprema indignação, todos os bons republicanos, todos os patriotas, todos os defensores da moralidade, para que por sua vez interroguem a sua propria consciencia e nos digam se foi para isto que nos sacrificámos, jogando a vida, o pão, o futuro da familia para consentir, para tolerar, dentro das novas instituições os velhos criminosos, os traficantes incorrigiveis que nos perseguem, porque os desmascarâmos, que nos pretendem fazer punir porque, verdadeiros e imparciais como temos sido, não tolerâmos nem ao nosso maior amigo o cometimento de imoralidades como éssa das isenções de mancebos do serviço militar cometida por Pereira da Cruz. Sim. Não é vergonha apelar para a consciencia dos nossos julgadores no momento em que um criminoso porque se diz *tenente medico miliciano, medico municipal do concelho, delegado de saude no distrito, homem politico, politico republicano e republicano democratico*, pretende, á custa de mil habilidades, fazer punir quem, sacrificando os seus proprios interesses, conseguiu que não mais os filhos do povo sejam tão ignobilmente explorados como o vinham sendo.

NÓS E A IMPRENSA

Á volta duma exposição dirigida pelo nosso director a diferentes entidades do país sobre o caso Pereira da Cruz

—=(*)=—

De *O Famelicense*, de Vila Nova de Famalicão:

Brado de Justiça

«Ha mezes que o nosso ilustre coléga de Aveiro, *O Democrata*, anda empenhado numa campanha de moralidade que as estações oficiaes infelizmente não teem secundado como deviam.

O caso fez escandalo naquêle distrito.

Um tenente-medico miliciano, por nome Manuel Pereira da Cruz, foi acusado de se concertar com as familias dos mancebos sujeitos á inspecção militar, *livrando-os*, ou isentando-os do serviço por determinadas quantias.

O crime provara-se com documentos irrefragaveis.

Mas a politica de tudo lança mão, e assim o incriminado conseguiu que o procésso fôsse arquivado, por falta de provas.

A questão já foi levada ao parlamento, mas sem resultado, porque o sr. Ministro da Guerra muito cheio da sua independencia, limitou-se a responder que só êle era juiz da oportunidade ácêrca da sua intervenção em quaisquer procéssos.

E disse.

Para cumulo, o medico miliciano alvejado pelo *Democrata* com factos positivos, com provas esmagadoras, tripudiando sobre a justiça e sobre a moralidade, chama aos tribunais, levando ao banco dos réus, o jornal que, num intuito elevado de saneamento, pediu punição para os seus abusos, para os seus crimes!

Revoltâmo-nos contra semelhante atropêlo da justiça, e esperamos que justiça seja feita ao nosso ilustre coléga, que daqui felicitâmos carinhosamente, qualquer que seja o resultado do julgamento, o qual terá ámanhã logar no tribunal de Aveiro.

Sofrer pela justiça é honra, não é vituperio.»

NOTAS DA CARTEIRA

Acha-se perigosamente enferma uma filhinha do nosso presado amigo João Rosa, digno aspirante dos correios.

Fazemos votos pelas suas melhoras.

=Esteve em Aveiro o sr. Adolfo Monteiro do Amaral representante da firma Silvas Irmãos & C.ª Limitada, *do Porto.*

= Adoeceu na segunda-feira a esposa do nosso velho correligionario e amigo, dr. Marques da Costa, que, felizmente, se acha em via de restabelecimento.

= Consorciou-se no Porto com a sr.ª D. Amarilis Lobo de Almeida Cancéla o sr. João Antonio de Morais Sarmento, escrivão de direito em Ribeira Grande (Açôres.)

= Tambem se realizou nésta cidade o consorcio do sr. João Domingues Peres, filho do tenente-coronel do 8.º grupo de metralhadoras, sr. José Domingues Peres, com a sr.ª D. Maria do Carmo Pereira de Miranda, senhora de esmerada educação e fino trato.

= Visitaram-nos ontem os srs. José Simões dos Reis, de Fermelã, Francisco Valerio Mostardinha, de Nariz, Claudio José Portugal, Domingos Carvalho, de Mamodeiro e Manuel Gomes Junior, de Anadia.

Confronto

—=((*))=—

Sem intenção dum paralelo em absoluto, dêle tirâmos apenas um palido confronto na parte respeitante ao cuidadoso escrupulo com que procéde o govêrno alemão, tomando a dura medida de não convidar para assistir ao casamento duma das princêsas, filhas do imperador, o ex-rei de Portugal, ainda que para as mesmas festas tenha convite a senhora que está para ser esposa de Manuel de Bragança.

Esse proposito implica o oficial e publico testemunho, eloquentemente demonstrativo de que o govêrno alemão repudía a possibilidade de que se lhe possa atribuir qualquer protectora conivencia nas desgraçadas e loucas tentativas de restauração monarquica no nosso país.

Enquanto para tão meticuloso procedimento só temos as mais acrisoladas palavras de louvor, com profundo pezar nos ocorre o impensado e impolitico procedimento do presidente do govêrno, sr. dr. Afonso Costa, nésta cidade, hospedando-se em casa de Barbosa de Magalhães, sobrinho dum individuo sobre quem, na imprensa republicana como republicano é o sr. Afonso Costa, se faziam as mais gràves acusações. Acusações que tivéram no parlamento, na presença de s. ex.ª, pelo que não póde alegar desconhecimento, a mais triste resonancia!

Resonancia que ainda se repetiu na primeira sessão do Congresso Republicano e tão amarga e estrondosamente que o sr. dr. Afonso Costa teve de fazer valer a sua pessoa e a sua palavra para evitar o infalivel epilogo que se avisinhava.

Pois nem assim o sr. dr. Afonso Costa deixou os seus comensais!

E não contente com a sua atitude, que não passou despercebida á sua prespicácia como sobejamente ofensiva dos sincéros principios dos seus historicos corregionarios, agravou esse ultraje, ainda passeando as ruas da cidade dentro do carro que exibe todos os dias o cinico burlista, seu proprietario, o medico miliciano Pereira da Cruz!

Isto é profundamente demonstrativo de quanto impolitico e indisculpavel foi o sr. dr. Afonso Costa que a mais insignificante reflexão teria aconselhado afastar-se do contacto dos que vêm sendo apontados como corrutos, venais e burlões, colocando-se na criteriosa linha que a sua posição e situação lhe impunham para evitar tão profundo e ofensivo dissabor aos seus velhos e leais correligionarios.

TÃO BOM...

—(*)—

Na conformidade de velhos habitos—*que o berço deu e a cova hade levar*—como diz o adagio, o *Camaleão* veio dizer ao reduzido numero de assinantes que o leem, que o adiamento por nós pedido, na semana finda, do julgamento do *Democrata*, foi motivado pela ausencia do seu patrono, que se *recusou* a vir defendel-o.

Méde e *Camaleão* as cousas por aquélas que lhe passaram por casa quando, em Lisboa, o *democratico* Barbosa de Magalhães, andou—ó tio, ó tio—á procura dum advogado republicano que cá viésse tomar-lhe a defêsa do *canudo*, onde a firminada lhe tece elogios de conta propria e exalta os meritos da parentela corruta.

Imaginam os *do cano* que não conhecemos a historia em todas as suas minudencias a que nem a carta lida, justificando impossibilidades, alterou a verdade dos factos. Enganam-se.

A causa—uma delicada razão proibitiva; mas a verdade era outra: o conhecimento completo da razão que nos assistia.

O sr. Ramada Curto não é... inconveniente.

Tambem Carlos Olavo... *não poude ser dispensado* e outros por várias razões. etc.

Apelou-se então para Vizeu e lá foi a tal carta... adoravel que chocou o sr. Marques Loureiro e o poz a caminho para ser testemunha ocular da exautoração completa do seu cliente. O adiamento só trouxe para nós o desperdicio dos *pudings* e mais um jantar para o sr. Marques Loureiro...

De resto—na proxima terça-feira—verá o *Camaleão* o desmentido real á sua torpêza.

Parabens

Dâmol-os ao nosso amigo e conterraneo, Francisco Marques da Naia, tenente farmaceutico do quadro de saude de Angola e S. Tomé e Principe pela sua nomeação para o cargo de administrador e juiz municipal do concelho de Cambambe, no Dondo, onde tambem exerce as funções de comandante militar.

DIA HISTORICO

Comemora-se hoje em Aveiro o aniversario da revolução liberal de 1828, sendo por isso o dia considerado feriado em todo o concelho.

Serração de madeiras

Participam-nos os srs. Manuel da Silva e Sá, Cipriano Martins Pacheco e Antonio de Bastos Nunes, de Oliveira de Azemeis, que por escritura pública se constituiram em sociedade sob a razão social de *Silva, Martins & Nunes* para a exploração da fabrica de serragem de madeiras que tomaram da extinta firma Carvalho & Silva, ha pouco dissolvida de comum acordo entre os societarios.

Desejâmos todas as prosperidades a que têm jus os citados cidadãos.

Serviço de administração

Mandámos á cobrança pelo correio, uns, e por intermédio de obsequiosos amigos nossos, outros, os recibos de "O Democrata" vencidos ou prestes a vencerem-se, do que dâmos conta aos nossos prezados assinantes rogando-lhes a finêsa do seu bom acolhimento afim de nos evitarem novas despêsas e podermos trazer em dia a escrituração do jornal.

* *

No **Congo Bélga, Pará** e **Manáus** estão respectivamente encarregados de receber as assinaturas que lá possuimos, os srs. **Henrique Madail, J. J. Nunes da Silva e João Simões Amaro Junior**, devendo os assinantes das outras partes do ultramar, onde ainda não temos pessoa idonea que nos represente, mandar as importancias directamente a esta redacção, o que desde já muito agradecemos.

COMUNICADO

Desfazendo calunias

Aos Ex.mos Srs. Governador Civil, Comissário de Policia, Delegado de Saude e Delegado do Procurador da Republica

O sr. Manuel Dias, da Oliveirinha, lembrou-se de ha um mez, pouco mais ou menos, vir acusar-me na *Liberdade* de... de... envenenador! Nem mais nem menos.

Um amigo caridoso mostrou-me o jornal, li, e francamente, ri, ri com muito gosto! Achei-lhe originalidade, se bem que ésta acusação estivésse na ordem natural das coisas.

Ha já largos anos que ele me tem chamado quantos nomes lá por casa tem desde burro até malandro; mais esta original amabilidade não me fez pois mossa e concordo que ele, coitado, não podia fugir á regra de *chama-lho antes que to chamem*, e vai por isso chamando aos outros aquilo que por lá tem por ele e pela familia.

Como teve uma tia irmanzinha direitinha da mãe dele, que estando amancebada, no visinho logar de S. Bento, com um pobre lavrador, em seguida a uns ralhos com o amante, lhe aplicou tal dóse de arsénico que o infeliz lá marchou para a viagem eterna e éla julgada, foi condenada em degrêdo, em Africa, onde ainda se encontra.

Não havia de vir, pois, fatalmente, chamar envenenador ás pessoas honéstas que esteja disposto a perseguir?

Pelo mesmo principio, depois de não encontrar no bestuto mais expressões injuriosas que podesse dirigir-me, diz que o *engano* poderia ser causado pelo culto de Bacol como se esse vicio não fosse propriedade quasi exclusiva dele e familia. O *santinho* esquece depressa os trambolhões que dá da bicicleta em que racha a caréca, do delirium tremens do irmão suicida e dos desarranjos mentais dos antepassados donde lhe provem a tara da malvadez e da imbecilidade.

Qualquer dia, vai chamar-me mais nomes feios, pois ele ainda lá tem tantos...

E nésta disposição de espirito, com uma acusação désta naturêsa e feita por ele, um desqualificado, não respondi.

Mas o homunculo volta a insistir no ultimo numero da *Liberdade* e agora parece que lá na redacção ha quem perfilhe a doutrina do artigo, atendendo á colocação dele fóra da secção propria dos comunicados, ao modo de dizer que rendilha mesmo a silhuete dum de seus redactores e á parangôna que se veiu alinhar em vistosas filas num cuidado meticuloso de papá e filhinho estremecido.

Por isso, em homenagem aos senhores da *Liberdade*, que julgâmos de *bôa fé*, e por isso mesmo, vamos lá ao grande e hórrivel crime de matar um homem morto.

Amigo e Senhor

Acedendo ao seu pedido, envio-lhe uma nóta em que exponho duma maneira sumaria a marcha da doença que padeceu Manuel Marques Vieira, vulgo Manuel Romão, da Costa do Valádo, durante o tempo da minha assistencia medica que terminou no fim de Setembro de 1912.

Autoriso o amigo a dar-lhe a publicidade que entender.

Sem mais, creia-me com estima e consideração

Seu am.º at.º v. e ob.º

Mamodeiro, 14—5—913.

Manuel Mateus de Almeida Seabra.

Um caso de arterio-esclerose

No meádo de Setembro de 1912, fui consultado em minha casa por Manuel Marques Vieira, da Costa do Valádo, que se queixava do seguinte:

Falta de apetite, cansaço e falta de ar quando andava, opressão no *torax* e mais acentuadamente na região precordial, de edemas na face, orgãos genitais e membros inferiores, ascite.

Pelos simtomas recolhidos: 1.º na exposição que o doente me fez dos seus padecimentos; 2.º no exame medico a que procedi; e em 3.º logar na enumeração dos seus antecedentes mórbidos estabeleci o diagnostico da sua doença:—arterio-esclerose generalisada com acentuação no *coração, figado e rins.*

Prescrevi os medicamentos que estão indicádos em tais casos, o repouso na cama, e a dieta apropriada.

Passados dois dias visitei o doente em sua casa. Novo exame clinico, e a analise das minas que continham alguns gramas de albumina por litro e que eram em quantidade inferior á media normal em 24 horas, confirmaram a opinião que para mim tinha formulado a respeito da doença do meu cliente. Apezar de todos os cuidados na sua terapeutica, a doença agravava-se.

Outras visitas fiz ao doente em dias seguintes e, conquanto algumas melhoras êle experimentasse, persistiam os simtomas mais caracteristicos da doença e um dêles—o edema pulmonar, a principiar restrito ás bases dos pulmões subia agora lentamente aumentando a dificuldade que o doente tinha em respirar pela restrição da hematose.

Para o fim de Setembro, apezar da medicação *toni-cardiaca, diuretica* e *da dieta* a que eu o havia submetido, dieta, em que entre outras vantagens, tinha a redução de liquidos, o estado do doente não melhoráva. A quantidade de urinas em 24 horas baixava, mantinha-se elevada a taxa de albumina. Apareciam alguns simtomas de intoxicação urémica.

Carregava-se o prognostico em relação a vida do doente.

A conclusão a tirar pela observação do seu estado e pela marcha da doença era de que, em breve, o coração forçado, dilatádo mesmo já, depois de uma luta que devia vir de alguns anos, cairía em assistolia irredutivel que terminaria com a morte que a intoxicação *urémica* vinha apressar.

Nésta altura, fim de Setembro, tive de ausentar-me com minha familia para Espinho. A assistencia medica, que a familia do doente interrompeu por alguns dias, foi confiáda ao meu coléga o sr. dr. Abilio Gonçalves Marques.

Soube em Espinho que o doente tinha morrido no dia 13 de Outubro a despeito de todos os esforços empregados pelo meu coléga, cuidadosa assistencia e aplicação dos recursos terapeuticos selecionados do que a ciencia medica tem de melhor e mais pratico.

Era a consequencia fatal e inevitavel da sua doença.

Mamodeiro, 14 de Maio de 1913.

Manuel Mateus de Almeida Seabra.

Em face do relatorio clinico antecedente vê-se, com toda a clarêsa, o estado de saude de Manuel Romão. Era um homem a quem a ciencia concedia escassos dias de vida, e para a vida se prolongar de 5 a 13 de outubro, datas em que foram aviadas por mim formulas na minha farmacia, foi preciso que o medico fizésse injeções sub-cutaneas de cafeina e soro fisiologico e que respirasse balões de oxigenio, como posso provar pelo receituário que conservo em meu poder—pois ainda m'o não pagaram como relapsos que costumam ser—e pela requisição telegrafica que fiz dos balões de oxigenio.

Toda a gente aqui sabe que o Romão não podia estar deitado, por absoluta falta de ar e que esperava um desenlace rapido, não podendo ele mesmo articular palavras senão muito dificilmente e poucas, especialmente neste ultimo periodo da vida, em que se forneceu de medicamentos da minha farmacia.

Não fui eu portanto, quem o matou—foi a doença que era das que não perdôam.

Mas se no espirito do cidadão Manuel Dias ficou uma duvida sobre a morte natural de Romão, ele que é intimo da familia e que soube da sua doença e da sua morte, porque não requereu a autopsia se de tudo isso fala, imediatamente?

E' facil responder desde que se conheça a alma cavrilosa deste homem. E' que, não tendo havido

envenenamento, a autopsia nêssa altura e consequente exame toxicologico, tinham anulado por completo as afirmações ou duvidas que este meu ferrenho detractor levantasse, fazendo-o passar por intrujão e preverso, com o respectivo procésso por difamação e correlativa indemnisação.

Mas, feita agora, a autopsia e exame toxicologico e nada podendo dar talvez por ser tarde Manuel Dias, velhacamente, dirá:

«Tarde piaste! Se fosse a tempo, logo que ele morreu, o caso mudaria de figura.»

Já vêem, por isso, que o empenho veemente deste homunculo é denegrir-me, e, para isso, bastalhe levantar duvidas sobre o meu proceder.

Era tal as convicção de que eu tinha aviado mal que, passados 6 dias, depois da morte do marido, eu aviava uma receita para a viuva! Que contrasenso! A viuva e familia conscios de que eu era envenenador, vinham á minha farmacia aviar nova formula!

A suspeita de envenenador só nasceu e se avolumou depois que a familia do falecido Romão recebeu uma carta da Penitenciaria de Coimbra, do padre Antonio Vieira, em que lhe dizia que fossem ter com o Manuel Dias para me acusarem de ter envenenado o pae!

Essa carta foi lida por testemunha que posso apresentar.

Aqui teem as almas de dois sicários conjugadas para a mesma infamia.

E' o odio verde do jesuita e do servo ao serviço dos seus ruins despeitos e paixões.

Não ha nada sagrado para tal gente.

Leprosos, julgam que todos sofrem da lepra que os corroi.

Venha a justiça e proceda com todo o rigôr.

* * *

Quanto á minha farmacia, eu sou o responsavel perante a lei de tudo que ali se avia e faço substituir-me nos meus impedimentos de algumas horas por individuo de minha inteira confiança. Estou dentro da lei, e ha 21 anos que sou farmaceutico nunca ninguem me acusou de erro de oficio.

E' verdade o sr. Manuel Dias ter tentado desviar os clientes de minha farmacia sob mil pretextos, inclusivamente indo a casa de alguns e pedindo-lhes, para irem á policia com o receituario por mim aviado a vêr se eu exorbitava o preço do regimento. Pouco ou nada conseguindo com tal expediente, lançou-se á ultima acusação e inventou, para vêr se me desacredita, o ultraje de envenenador.

Nunca tive empregado de farmacia, mas sim praticantes que faziam aqui a sua aprendizagem de farmacia pratica. Presentemente tenho minha mulher que desempenha as funções de praticante nos meus curtos impedimentos, o que a lei não proíbe.

Demais, eu posso chamar para me substituir quem eu julgar competente todas as vezes que eu e minha mulher estivermos impossibilitados.

Diz o sr. Manuel Dias que sabe tanto como eu quais as habilitações de minha esposa, quando é certo que este homem foi escorraçado de minha casa, ha uns bons 17 anos, porque, na minha ausencia e de minha mulher, tentou penetrar violentamente pela janela em minha casa para violentar uma criada.

Queria fazer da minha casa um chiqueiro igual ao da sua. Puzlhe a careca á mostra e daqui proveiu o começo dos seus odios.

* * *

Sobre o desempenho do meu cargo de professor primário pódem falar melhor do que eu os meus superiores hierárquicos. Sou professor ha 13 anos e durante este tempo habilitei para exame do 1.º e 2.º gráu 99 alunos dos quais apenas 3 foram adiados.

Professor em Mamodeiro 6 anos, fui transferido para a Costa do Valado ha 7 anos. Manuel Dias que havia jurado pela honra da mulher que eu nunca viria para aqui professor, empregou todos os meios para impedir a permuta que para aqui me trouxe, como se vê pelo documento transcrito:

Colèga

Em resposta á sua carta, tenho a dizer, em abono da verdade, o seguinte:

Em 1905, quando tratavamos, de comum acordo, da permuta, que me colocava na escola dêste logar e ao coléga na da Costa do Valado, fui em Ilhavo, instado pelo sr. Manuel Dias, para que desprezasse o compremisso feito com os permutantes e fôsse falar ao sr. Alberto Ferreira Pinto Basto, para este pedir ao sr. Conde de Agueda, para que eu ficasse na escola da Costa do Valado e não na de Mamodeiro, como haviamos conbinado.

De nada disto tratei, tanto mais que vi na proposta do sr. Dias uma má vontade contra si, pois que não achei possivel que o sr. Dias tivésse tanto interesse em eu ser seu visinho, quando entre nós não existia intimidade alguma.

Mais me convenci do odio invetrado do sr. Manuel Dias contra si, quando mais tarde, depois da sua colocação aí, me disse que preferia perder 200$000 reis a vêl-o professor na Costa do Valado.

Désta carta poderá o coléga fazer o uzo que muito bem entender.

Mamodeiro, 10—V—1913.

Seu coléga,

Domingos Marques de Carvalho

Não contente com isto, depois de me vêr aqui, começou por pedir aos pais dos meus alunos para não mandarem os filhos á minha escola, conseguindo que dois fôssem procurar outro professor que os apresentou a exame.

Isto com o manifesto proposito de baixar a frequencia da escola a meu cargo para me depreciar perante meus superiores e mostrar que eu era um pessimo professor.

A frequencia da minha escola apezar de todas as perseguições e odios do sr. Manuel Dias, cresceu a ponto que foi preciso crear um 2.º logar de professor que ainda existe.

Tão máu professor, tão barbaro e tão severo para os alunos que a sua escola é uma das rurais mais frequentada do concelho!

São as estatisticas da escola que inutilisam as acusações dêste caluniador impenitente.

* * *

Eu sou um cidadão com o curso de farmacia e o do magisterio primario e trabalho todos os dias o mais que posso dentro déstas duas ocupações para sustentar o mais modestamente possivel a minha familia. Não vivo de *escroquerias*, de expedientes inconfessaveis nem de engraxar as botas dos poderosos.

E agora que o leitor sabe quem eu sou, conhece por acaso quem é o sr. Manuel Dias?

Este homem, estupido, incapaz de ir além de exame de instrução primaria, tornou-se um bajulador de toda a gente, vivendo da babugem e da sabugice, sem merito para qualquer ocupação decorosa que exija aptidões.

Nomeado, por esmola, para um cargo que não sabe desempenhar e que de facto não tem desempenhado, indo rarissimas vezes á sua repartição, mas recebendo pontualmente no fim do mês o ordenado, como se trabalhasse, ainda por cima vive fóra da ária da sua fiscalisação, o que é contrario á lei!

Pois é este *cidadão de aldeia* que estando fóra da lei, vem acusar-me por legalmente exercer os meus cargos.

E tem a audacia de se apresentar á autoridade superior dêste distrito pedindo que me estrangule pela fome e á minha familia. A mim que sou um homem com habilitações e quer trabalhar.

Se as leis da Republica são para se cumprir, a esse homem que pediu ao sr. Governador Civil a minha perseguição acintosa e perversa, Sua Ex.ª devia ter respondido:

— *Tenha vergonha! Fóra da lei está o sr. por todos os motivos. Vá para o seu concelho e trabalhe. Receber sem trabalhar é roubar; e a Republica fez-se para não consentir ladrões.*

Mas se as autoridades quizérem ser agradaveis ao sr. Manuel Dias, para expiação dos *meus crimes* e seu contentamento, mandem levantar na praça publica uma força, e façam-me justiçar dando-me por carrasco Manuel Dias dos Santos Ferreira.

O Professor e farmaceutico,

Manuel dos Santos Costa

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

MAIO

DIAS	PHARMACIAS
18	MOURA
25	LUZ

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco* e *Kiosque Elegante*, no Rocio.

CORRESPONDENCIAS

Alquerubim, 13

Realizou-se ontem em Bolfiar (Agueda) a festa ao S. Geraldo, que foi muito concorrida. Ali vai povo de muito longe pagar as suas promessas ao santo, que é um dos mais *milagreiros* désta redondeza. Alguns anos as esmolas subiam a perto de 400$000 reis.

= Está melhor o sr. dr. José Pereira Lemos, distinto medico désta freguezia. Tambem tem experimontado algumas melhoras o sr. José Carvalho Miranda. A ambos desejamos completo restabelecimento.

= Continuam atrazados muitos trabalhos agricolas por falta de trabalhadores. Se o govêrno não puzér embaraços á emigração, muitos lavradores terão de deixar a monte as suas propriedades.

= Já está em cobrança a contribuição predial e urbana. Acontece, porém, que algumas casas ainda por concluir, e outras verdadeiras choupanas, pagam muito em relação a outras com luxo. E muitas apalaçadas não pagam contribuição alguma!

De quem será o erro?

C.

EDITOS

(1.ª PUBLICAÇAO)

Por este juizo, escrivão Marques, correm editos de 30 dias a contar da 2.ª e ultima publicação deste anuncio, citando João Simões de Abreu, ausente em parte incerta do Brazil, marido da co-herdeira Conceição de Jesus Corada, para todos os termos do inventario orfanologico a que se procede por obito da mãe désta, de nome Luiza de Jesus Corada, viuva, moradora, que foi, no Vale de Ilhavo, de Cima, freguezia de Ilhavo em que é cabeça de casal o filho Luiz Francisco da Silveira, o Gabriel, do mesmo logar, sem prejuizo do seu andamento.

Aveiro, 14 de maio de 1913.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

O escrivão

Francisco Marques da Silva